



A LÍNGUA DE SINAIS COLOMBIANA: MOMENTOS QUE INSTITUEM SUA GRAMATIZAÇÃO

Jorge Armando BECERRA-CALERO (UNEMAT)¹

Resumo: A abordagem sobre o conceito de gramatização parte dos processos de descrição e instrumentalização das línguas através das gramáticas e dicionários. Por intermédio dos processos descritos por Auroux (1992), abordamos a origem, bancos léxicos, neologismos, políticas públicas e livros que possibilitaram a criação de tecnologias que conduziram a descrever e instrumentar a língua de sinais colombiana. No começo, foi preciso recuperar as memórias dos fatos mais importantes dados dentro dos processos de consolidação e difusão da língua, para depois, organizá-los em momentos, de tal forma que houvesse um enquadramento nos episódios que propiciaram a obtenção dos estudos e produções linguísticas atuais, os quais têm afetado, em boa medida, o funcionamento e a essência da língua. Os fatos marcantes levantados foram: a abertura das primeiras escolas e associações de surdos, as reflexões empíricas feitas sobre a língua de sinais, leis e decretos do governo colombiano a favor da língua de sinais e tratados linguísticos, estes, abordados desde um enfoque histórico, reflexivo e contrastivo, seguindo como exemplo os estudos de gramatização da língua portuguesa brasileira na perspectiva teórica da História das Ideias Linguísticas HIL, articulada à semântica (GUIMARÃES, 1996). Em suma, este trabalho se apresenta como o primeiro em demarcar e abordar a produção de tecnologias como gramáticas e dicionários da língua de sinais colombiana, parte elementar dentro dos movimentos de gramatização.

Palavras-chave: Gramatização. Língua de sinais colombiana. Tecnologias. Dicionários.

ABSTRACT: The concept of grammatization is based on the processes of description and instrumentalization of languages over and done with grammars and dictionaries. Through the processes described by Auroux (1992), we line the origin, lexical banks, neologisms, public policies and books that enabled the creation of technologies that describe and instrument the Colombian sign language. In the beginning, it was necessary to recuperate the memories of the most important facts given within the processes of consolidation and diffusion of the language signalized, and then, to organize them in moments, such that there was a framework in the episodes that allowed to obtain the studies and linguistic productions which have affected, the functioning and the essence of the language. The remarkable facts raised were: the opening of the first schools and associations for the deaf, empirical reflections on sign language, laws and decrees of the Colombian government in favor of this language, that we approach based on the studies of grammatization of the Brazilian Portuguese language, through the theoretical perspective of the História das Ideias Linguísticas HIL, articulated to semantics (GUIMARÃES, 1996). In short, this paper presents itself as the first to demarcate and approach the production of technologies such as grammar and dictionaries of Colombian sign language, an elementary part of the grammatization.

Keywords: Grammatization. Colombian Sign Language. Technologies. Dictionaries.

¹ Doutorando em linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT. Licenciado em linguas modernas Universidad del Quindio. Mestrado em literatura espanhola e hispanoamericana. Universitat de Barcelona. Mestrado em Letras. Universidade estadual de Mato Grosso do Sul UEMS.
jabecerrac@uqvirtual.edu.co



INTRODUÇÃO

A língua de sinais colombiana é reconhecida como língua própria dos surdos pelo Congresso da República da Colômbia por meio da LEI 324 de 1996, cumprindo com todas as condições e parâmetros linguísticos da sua homônima, a língua espanhola. Sua descrição e instrumentalização começou a ser feita após a regulamentação da Lei, pelo que é possível encontrar, em nossos dias, encontrar tecnologias tais como gramáticas e dicionários.

A primeira referência que se tem de um surdo na Colômbia é do século XVI, por meio de uma crônica colonial. Chama a nossa atenção que nela, segundo Oviedo (2015), se menciona que esta pessoa se comunicava por meio de sinais, o que cria a hipótese de que poderia ter existido algum tipo de técnicas rudimentares de comunicação manual. Por sua parte, a história moderna começa a ser escrita pela abertura da primeira escola para surdos em Bogotá na segunda década do século XX. Não se encontram indícios de que uma língua de sinais estruturada tenha sido a língua usada pelos docentes e discentes surdos, mas podemos supor que esta formação respeitava as necessidades comunicativas dos surdos, já que era um tipo de educação especializada. Contudo, e partindo destes dois dados históricos, nasce a necessidade de conhecer tanto os fatos que têm permitido a consolidação do que hoje é conhecido como língua de sinais colombiana, quanto os processos que conduziram à sua gramatização.

Neste artigo foi necessário relacionar os estudos de gramatização de línguas vernáculas europeias. Estes processos se concentram na abordagem de tecnologias tais como os dicionários e as gramáticas, sua incidência na língua e sua responsabilidade na sua conservação e historicidade. Portanto, em primeiro lugar, devemos entender de que modo o processo de gramatização de Aurox (1992) ocorre, o qual guiará a organização dos fatos históricos, educativos, políticos e linguísticos da língua de sinais colombiana levantados e, dessa forma, estabelecer os momentos marcantes que têm delimitado sua gramatização. Segundo o autor, este deve ser começado “com o aparecimento do primeiro saber metalingüístico de uma língua dada” (Ibidem, p. 73). A partir daí pensamos a institucionalização dos estudos linguísticos das instituições e das políticas de línguas.

Nosso objetivo principal é brindar ao leitor uma abordagem histórica, circunscrita desde começos do século passado até nossos dias, para depois refletir sobre os movimentos de gramatização da língua de sinais colombiana. Um processo considerado contínuo, já que “as



línguas evoluem, [...] é difícil definir até onde pode-se levar o processo de gramatização, cuja extensão foi muito variável segundo as línguas.” (Ibidem, p. 73-74).

1. O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO

O conceito de gramatização proposto por Auroux (1992, p. 65), é definido como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”. A consideração de uma gramatização de determinada língua, portanto, deve considerar todos os trabalhos feitos a partir de descrições e instrumentos gramaticais. Contudo, o autor não delimita uma ordem específica dentro do processo, antes, menciona que tem sido várias as maneiras em que a gramatização é executada.

Para os europeus, por exemplo, o processo de gramatização supunha “a alfabetização, isto é, majoritariamente, a transcrição de uma língua em caracteres latinos.” (Idem). Esta concepção mostra um processo de imposição e transposição de caracteres de línguas instrumentalizadas em línguas não alfabetizadas. Este tipo de procedimentos cria tanto dependências entre as línguas, como hierarquias linguísticas, formando cânones linguísticos. Não obstante, não sempre acontece da mesma forma, já que como vai ser mostrado, no Brasil, o processo de gramatização parte de um conjunto de fatos históricos que abordam a produção de tecnologias não feitas em Portugal, uma abordagem de descolonização linguística.

Neste trabalho, partimos da noção de gramatização formulada por Auroux (1992) para refletir, pelo viés teórico da História das Ideias Linguísticas HIL, que se articula à Análise de Discurso AD, e compreender, então, de que modo se descreve e instrumenta uma língua a partir das gramáticas e o dicionário. Assim sendo, nas seguintes linhas definiremos o conceito de gramática e de dicionário, mas como nosso trabalho reflete os processos da gramatização de uma língua específica, a língua de sinais colombiana, será necessário, na última parte desta seção, também defini-la.

Para definir a gramática, é necessário tomar em consideração seus componentes. Auroux (1992) mostra que para obter uma gramática, é preciso ter em primeiro lugar, a categorização de unidades, que “são essencialmente as partes do discurso, suas definições e propriedades, que fazem as vezes de termos teóricos” (Ibidem, p. 67); em segundo lugar, exemplos, constituídos em um *corpus*, estimado como um componente peremptório dentro do processo. Segundo o autor, este



é evidentemente o núcleo da língua normatizada [já que] testemunham sempre uma certa realidade lingüística. [...] “Toda gramática equivale pois a um *corpus* (mais ou menos explícito) de afirmações suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas. É por aí que ela é uma descrição lingüística. (Ibidem, p. 67-68).

E por último estão as regras, que permitem a construção lógica de enunciados. “As regras podem ser encaradas como prescrições [...] que não possuem nenhum valor de verdade ou como descrições” (Idem). As regras como convenções de construção, apresentam diferenças entre as línguas gramatizadas, pelo que não pode ser considerado como um componente homogêneo; porém, necessário, já que vai definir normas específicas de construção de enunciados lógicos em cada uma das línguas. Poderíamos concluir, de acordo com o autor, que,

a gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um *instrumento lingüístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor” (Ibidem, p. 69).

A gramática se encontra na fala diária, que utiliza uma série de regras e formas. É neste sentido que é tomada como instrumento lingüístico. Seus conteúdos gramaticais podem ser considerados de estáveis se se leva em consideração o seguimento de uma ordem lógica por meio de acordos ortográficos, partes do discurso, morfologia, sintaxe e figuras de representação.

Os componentes da gramática descritos fazem possível certo grau de homogeneidade lingüística na sociedade. Este fato, junto com os dicionários, protegem a língua de certas formas de *lingüicídio*, tal como foi o caso de algumas línguas nativas americanas depois da chegada dos europeus. Em suma, uma gramática gera procedimentos, que permitem uma consecução da língua, instrumentos de decomposição e composição de enunciados que varia no tempo, e que serve de proteção, convertendo-a em um patrimônio.

Até aqui observamos os componentes de uma gramática, o que faz pensar em muitos outros processos subjacentes a ela. Estes trabalhos não surgem de forma consecutiva nem em tempos predispostos, antes, são processos que se materializam através de trabalhos de recollecção de *corpus*, reflexão e de organização lingüística, mas que conjugados, servem como descritores. Dentro deste processo de gramatização, sobressai a produção de tecnologias como os dicionários.

O dicionário, um banco de palavras construído pela ciência da linguagem com a língua, “fornece os *itens* que se trata de arranjar/interpretar segundo este procedimento.” (Ibidem, p. 71). As técnicas usadas na lexicografia para a criação de dicionários são variadas.



Auroux (1992, p. 71-72), menciona que é constituída inicialmente por: “a. Listas temáticas de vocabulário [...] b. Em uma língua dada, listas de palavras antigas e difíceis, de homônimos, de sinônimos, dicionários de rimas, léxico de um autor etc. [...] c. Glossários independentes alfabéticos mono-, bi- ou n-língües.” Assim, a criação de um dicionário pode requer um processo de agrupação taxonômica de vocábulos, utilização de bancos léxicos e glossários encontrados. Estes podem conter vocabulário atualizado, arcaico, homógrafo, literário, acadêmico, e de iniciativas pessoais. Mas a função do dicionário não fica só na listagem de léxico de forma lógica e organizada, ele, implicitamente, normatiza.

Da mesma forma em que a gramatização em geral cria regras e exemplos, o dicionário padroniza os léxicos, definindo seus significados e determinando seus usos a casos específicos.

O dicionário monolíngüe de uso dos nacionais, cujas entradas, pelo viés das definições, ligam-se entre si, é herdeiro incontestado desse trabalho lexical, mas corresponde a uma outra finalidade prática que é a mesma da gramatização das línguas nacionais: a normatização dos idiomas. (AUROUX, 1992, p. 73).

O dicionário como tecnologia, advoga pela precisão e objetividade dos sentidos através de normas, o qual contribui à gramatização de uma língua.

Em definitiva, Auroux considera que uma língua se encontra gramatizada quando pode ser falada e lida, ou seja, aprendida, usando os instrumentos tecnológicos disponíveis, a gramática e o dicionário. Para chegar à materialização desses instrumentos, determinadas línguas tem requerido de processos de transferência tecnológica por parte de outras línguas. Auroux (1992) chama a este processo, no caso da origem da gramática latina a partir do grego, de *endogramatização*, que além do componente gramatical, envolve uma *endotransferência* cultural; diferente ao caso em que estrangeiros se dão à tarefa de gramaticalizar outras línguas desconhecidas sem escrita. A esta ação ele chama de *exogramatização*.

A origem da gramática latina corresponde a uma endogramatização e a uma endotransferência cultural (a partir do grego). Acontece o mesmo para a gramatização dos vernáculos europeus; mesmo se estrangeiros desempenham às vezes uma papel importante, a transferência é sempre endossada pela comunidade nacional. [...] Na ausência da tradição linguística, ninguém inventa uma para descrever uma língua viva que não conheça. É completamente diferente para os missionários (ou exploradores, ou, atualmente, os lingüistas) que gramaticalizam vernáculos sem escrita: estamos no caso de uma exogramatização (e quando se trata de propagar a doutrina religiosa de uma exotransferência). (AUROUX, 1992, p. 74)

Dentro do processo de gramatização de uma língua a partir de outra já gramaticalizada, o autor esquematiza 10 momentos, que vão desde a utilização dos alfabetos e



elementos fonéticos e gráficos disponíveis na língua-fonte, até a construção de um dicionário monolíngue na língua-alvo. Estes processos exigem a utilização dos anais disponíveis tais como citações em textos históricos, traduções, adaptações, gramáticas gerais, listas de expressões, dicionários bilíngues, este último, considerado de exceção. “Reencontramos aproximadamente todos esses elementos em todas as línguas, com exceção de [dicionário monolíngue] [...] sem que de resto possamos fixar uma ordem estrita entre eles.” (Ibidem, p. 74-75). Estes procedimentos levam a estabelecer uns paralelos entre as línguas em jogo, gerando, contrastes entre elas.

O processo contrastivo da gramatização dota as diferentes línguas da posição de *observatório* umas frente às outras. [...] A reiteração do procedimento contrastivo conduz a formular observações sobre a igualdade e a diferença das línguas, a associar propriamente que não estão em todo lugar. (Ibidem, p. 84).

Estes procedimentos de gramatização serviram para a criação de modelos gramaticais na época medieval, e da conhecida gramática geral do século XVIII. Uma vez que as línguas vernáculas europeias foram gramatizadas, a gramática geral se apresenta como ciência, pretendendo descrever leis que se submetem a todas as línguas. Deste modo, agrupa dados de variadas línguas, e a partir de uma tamisagem linguística, verifica proposições universais, além de operações intelectuais (AUROUX, 1992).

Podemos concluir, dizendo que os processos de gramatização iniciados nas línguas vernáculas europeias se fundamentam nos processos de *endogramatização* e *exogramatização* a partir de línguas anteriormente gramatizadas como o grego e o latim. Estes processos foram propagados às colônias europeias em outros continentes, incluindo o nosso, com a recente descrição de línguas indígenas.

Até agora temos considerado o que para Auroux supõe a gramatização de uma língua. Porém, neste ponto, é necessário abrir um parênteses para definir a língua de sinais, suas características, e finalmente, localizá-la no contexto colombiano, que, através do conceito de gramatização já introduzido nesta seção, permitirá refletir em como ocorre sua gramatização, analisados a partir de fatos como a conformação de gramáticas, tecnologias de agrupação lexical e políticas governamentais a favor da língua.

1.1. AS LÍNGUAS DE SINAIS

Estas podem ser definidas, na atualidade, como línguas viso-gestuais e espaciais, aprendidas/adquiridas por pessoas que carecem do sentido da audição. No entanto, o uso das mãos e os gestos tem desempenhado um papel importante na comunicação desde a



antiguidade, e não só como sistemas alternos de comunicação. O exemplo mais emblemático pode ser encontrado na comunidade ouvinte Warlpiri na Austrália. Eles utilizavam convenções manuais nas interações diárias, até o ponto de dar “o mesmo valor à língua de sinais do que à língua falada²” (STOKOE, 2004, p. 33-34, tradução nossa). Embora isso não aconteça em todas as comunidades de ouvintes, este tipo de convenções pode ser entendido como línguas que se adaptam às necessidades dos falantes, sem importar sua condição sensorial.

O que se conhece como línguas de sinais, na atualidade, são convenções manuais e gestuais, de caráter icônico e arbitrário através das quais se pode “construir e representar a realidade, expressar ideias, pensamentos das interações que sustentam com os pares comunicativos, adultos surdos e ouvintes competentes nessa língua³” (PORTILLA et al., 2006, p. 20, tradução nossa). Por conseguinte, as línguas de sinais não se encontram em desvantagem com suas homônimas, as línguas orais, mas contém características especiais e diferenciadas. “As línguas de sinais nas comunidades de surdos, cumprem as mesmas funções que cumprem as línguas orais nos coletivos de pessoas ouvintes⁴” (OVIDO, 1998, p. 20, tradução nossa).

Os componentes linguísticos das línguas de sinais estão adaptados às suas características. É dessa forma que o componente gramatical obedece a estruturas próprias e lógicas de organização. O nível fonológico está relacionado com a matriz articuladora manual, que guarda uma estreita relação com os aspectos gestuais. O semântico, infundindo significados a cada variação das articulações das mãos, em conjunto com os espaços, elementos-chave, que envolvem uma morfologia e uma sintaxe. Esses componentes permitem qualquer tipo de estudo científico, através dos quais as línguas de sinais têm ganhado um status como língua nos últimos anos.

A descrição das línguas de sinais é obra do linguista surdo William Stokoe, que, em 1960, começou um estudo minucioso da língua de sinais americana ASL, demonstrando que é uma língua como qualquer outra, por ser um sistema de convenções, com uma gramática definida e uma semântica própria. Forneceu as bases para sua análise através das unidades mínimas encontradas nos componentes manuais e gestuais.

A língua de sinais é formada por todos os níveis linguísticos: fonológico, morfológico,

² Original em espanhol: daba el mismo valor a la lengua de señas que a la lengua hablada.

³ Original em espanhol: Construir y representar la realidad, expresar ideas, pensamientos a partir de las interacciones que sostienen con pares comunicativos, adultos sordos y oyentes competentes en dicha lengua.

⁴ Original em espanhol: Las lenguas de señas cumplen en las comunidades de sordos las mismas funciones que cumplen las lenguas orales en los colectivos de personas oyentes.



semântico e pragmático, e pode ser estudada pelas diferentes disciplinas linguísticas. Atualmente, cada país conta com convenções próprias, pelo fato de que as línguas de sinais não são universais.

Não se sabe exatamente quando foi criada a língua de sinais colombiana. Embora exista uma referência aos sinais manuais naquela crônica do século XVII, as informações mais precisas de seu aparecimento e reconhecimento como língua a situam na segunda década do século XX. A partir daí são muitos os momentos de gramatização que tem sido desenvolvidos. “A gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio lingüístico da humanidade” (Ibidem, p. 70). O fato de uma língua gramatizada ser considerada de patrimônio linguístico gera interesses em pro de sua conservação, valorização e identidade por parte dos falantes.

Na próxima seção apresentaremos alguns fatos que consideramos elementares no processo da gramatização da língua de sinais colombiana. Começaremos marcando o papel capital das instituições educativas na consolidação de uma língua, para depois esta ser reconhecida a través das políticas de Estado, e em essa ordem, ser visualizada através de diversos médios de divulgação do conhecimento.

2. FATOS GERAIS

Falar da gramatização da língua de sinais colombiana não parece uma tarefa fácil de se realizar. O processo de gramatização de determinada língua exige considerar fatos linguísticos e históricos. Assim, dentro deste trabalho, foi necessário, em primeira medida, um levantamento de fatos tais como a fundação das primeiras escolas, as leis governamentais em pro da língua e, produções gramaticais e criação de dicionários. Dentro deste último ponto, será relevante analisar a função do INSOR – Instituto Nacional para Surdos – órgão governamental, assessor do Ministério da Educação da Colômbia, as suas produções em língua de sinais, dicionários e gramáticas.

Para ter um ponto de partida da menção da língua de sinais na Colômbia, consideramos a primeira referência dela, uma crônica colonial do século XVI, onde se relata uma tragédia que envolvia um surdo, e produzida por ser mal interpretadas suas sinais por um vizinho (OVIEDO, 2015). Esta primeira referência institui as bases para determinar que no território, hoje colombiano, há uma menção e reconhecimento de um historiador, de uma língua sinalizada, já que a crônica relata mal interpretação do dito por parte do surdo, ou seja, puderam ser criados sentidos através de sinais, algo que dá a impressão que, para aquele que



escreveu a crônica, a língua sinalizada constava de certo tecnicismo. Contudo, este fato não será considerado na análise, já que carecemos de informações suficientes para determinar algum tipo de normatização e difusão.

Nossa busca de um momento que sinalize o início do processo de gramatização da língua de sinais colombiana, destacamos que em 1926, foi aprovado na cidade de Bogotá, o Instituto Nuestra Señora de la Sabiduría, cuja característica, nesse momento, era a alfabetização de crianças surdas. Em 1955 se cria o INSOR, e dois anos depois, aparece a primeira associação de surdos em Bogotá, e, depois, em 1958 uma segunda na cidade de Cali. Estes fatos marcam uma legitimidade linguística⁵ empírica, já que propiciaram a divulgação e visibilização da língua de sinais, produzindo vocabulários, gramáticas, orientações, reflexões linguísticas e dicionários. Ou seja, a produção de instrumentos linguísticos vivos, “partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana.” (ORLANDI, 2001, p. 8)

Um ponto considerado neste trabalho tem a ver com a promulgação de Leis nacionais que favorecem a língua de sinais. A mais emblemática é a Lei 324 de 1996 na qual se estabelece a legitimidade da língua de sinais como língua das comunidades de surdos na Colômbia, além da formação de intérpretes. No ano 2002, a Corte Constitucional modifica essa Lei, incluindo e excluindo alguns de seus itens. Estas disposições propiciaram a abertura de programas de formação para surdos docentes e intérpretes, visando a língua de sinais como principal canal de comunicação. A partir daí, surgem outros momentos tais como o reconhecimento do serviço do intérprete, propostas de normalização, programas de formação e outro tipo de iniciativas que privilegiam a língua de sinais.

Tendo em consideração, de forma geral, os anteriores pontos, vamos considerar três momentos, que agrupam esses conjuntos de fatos, e que dão seu começo na segunda década do século XX. Nosso objetivo é lembrar os fatos que nos levam a refletir, com base na conceito de gramatização de Aurox (1992), no movimento de gramatização da língua de sinais colombiana.

2.1. MOMENTOS SOBRE OS ESTUDOS DA LÍNGUA DE SINAIS COLOMBIANA

⁵ A legitimidade referida aqui é garantida pelo Estado, pelo jurídico. Portanto, e para um entendimento mais amplo dessa relação entre língua, conhecimento e Estado, relacionamos as instituições como entes que articulam as políticas linguísticas com o saber metalinguístico.



A história da língua de sinais colombiana conta com fatos marcantes que poderíamos considerar como movimentos de gramatização. Estes podem ser organizados em momentos que se deslocam no tempo, cujas produções vamos relacionar. Tomamos como referência a *Sinopse dos estudos do português do Brasil: A gramatização Brasileira*, de Eduardo Guimarães (1996), trabalho que se dispôs a “abordar a produção de tecnologias como dicionários e gramáticas que se fazem no Brasil desde o século XVI” (Ibidem, p. 127). O autor estabelece quatro períodos que agrupam um conjunto de fatos, de abordagem histórica, sobre os estudos do português do Brasil. A partir deste trabalho, propomos uma organização dos fatos vinculados à gramatização da língua de sinais colombiana, reunidos em momentos, tendo em consideração, como objetivo principal, aqueles fatos que influenciaram de forma significativa a língua. Vale a pena ressaltar que esses momentos propostos não correspondem a faixas de tempo substitutivas, antes, referem-se a fatos históricos que envolvem a escola, as políticas e os estudos linguísticos da língua de sinais colombiana, que podem coincidir em determinadas datas.

O primeiro momento, que chamaremos de “educação dos surdos e os movimentos associativos”, compreende desde a primeira escola para surdos nos inícios do século XX até nossos dias. Dentro deste momento serão considerados o desenvolvimento da língua de sinais na escola, produção e divulgação, assim como sua legitimidade dentro da comunidade surda.

O segundo momento, que chamaremos de “políticas públicas a favor da língua de sinais”, abrange as políticas nacionais a favor desta língua. Este momento considera Leis explícitas, decretos e iniciativas que possibilitaram investimento para descrição linguística, abertura de instituições, apoio à formação de intérpretes e movimentos associativos legalmente reconhecidos.

O terceiro momento, que chamaremos de “estudos linguísticos da língua de sinais”, iria desde as primeiras publicações acadêmicas que refletem acerca da língua de sinais colombiana, até a produção do primeiro dicionário desta língua em 2005.

A seguir se apresentam cada um de estes momentos.

2.1.1. Da educação dos surdos e os movimentos associativos

Começamos este momento dizendo que todos os fatos congregados nele não reúnem estudos de descrição e instrumentalização da língua de sinais colombiana, mas sim reflexões a partir das experiências educativas, e vocabulários congregados em listas e apostilhas. Além disso, “pouco se sabe sobre a origem da língua de sinais na Colômbia, já que não existem



informações suficientes para marcar seus começos. Segundo Paulina Ramírez, seus origens se remontam a 1920, em um internado católico de Bogotá⁶ (INSOR, 2006, p. 13, tradução nossa).

O *Instituto Nuestra Señora de la Sabiduría*, instituição de corte católica e missionária francesa, que se estabeleceu na Colômbia em 1905, começou o ensino a crianças surdas em Bogotá em 1926. Não é difícil supor que os métodos de ensino integraram a língua de sinais francesa. Portanto, dentro da história, esta instituição marca o começo do que denominaríamos a alfabetização dos surdos na Colômbia, algo que afeta consideravelmente a língua e seu futuro estudo.

No ano de 1955 é criado o INSOR – Instituto Nacional para Surdos – adscrito ao Ministério da Educação. Esta entidade ofereceu atenção educativa básica para surdos em Bogotá e outras quatro cidades, para depois converter-se em órgão de assessoria e assistência técnica. Da experiência na Educação para surdos, o INSOR tem publicado materiais em espanhol e língua de sinais, referentes à atenção educativa dos surdos e a língua de sinais, muitos deste, produtos de pesquisas. Por exemplo: *El Bilingüismo de los sordos* (1995); *Estudiantes Sordos en la Educación Superior* (2004); *Implementación de Servicios de Comunicación Accesible a los sordos en los procesos de Educación Permanente* (1996); *Lengua de Señas y Educación de Sordos en Colombia* (1996); *Los modelos lingüísticos sordos en la educación de estudiantes sordos* (2006); *Modelos Lingüísticos en la Educación de los Sordos* (2006); *Orientaciones Generales para la Atención Educativa de las Personas con Limitación Auditiva* (1999); *Orientaciones para la Integración Escolar de Estudiantes Sordos con Intérprete a la Básica Secundaria y Media* (1999); *Orientaciones Pedagógicas Documento 1: Educación Bilingüe para Sordos - Etapa Escolar* (2006); *Orientaciones Pedagógicas Documento 2: Los Proyectos Pedagógicos y la Lengua Escrita en la Educación Bilingüe y Bicultural para Sordos* (2006); *Orientaciones Pedagógicas Documento 4: La enseñanza de la lengua escrita como segunda lengua en la básica primaria. Una experiencia desde el PEBBI* (2006) e *Programa bilingüe de atención integral al niño sordo menor de cinco (5) años (Cartilla)* (2000).

A implementação das disposições do INSOR nas escolas para surdos, dá lugar ao aparecimento de gramáticas de uso. Segundo a Entidade, estas produções, paulatinamente, consolidaram a descrição e o estudo da língua de sinais colombiana, junto aos projetos de

⁶ Original em espanhol: poco se sabe sobre el origen de la lengua de señas en Colombia, ya que no existen suficientes testimonios escritos para precisar sus comienzos. Según Paulina Ramírez, sus orígenes se remontan a 1920, en un internado católico bogotano.



investigação desenvolvidos (INSOR, 2006, p. 14), o que para nós, terminou produzindo gramáticas.

Estes fatos nos permite criar um paralelo com os apresentados na gramatização da língua portuguesa brasileira. Orlandi (2002, p. 130) mostra que “com as instituições escolares organizadas, começam a aparecer as primeiras gramáticas de professores de colégios em São Paulo e no Rio de Janeiro”. As gramáticas consideradas pela autora estavam dadas pelo uso e funcionamento da língua, algo parecido com a língua de sinais do surdo. Adquirida na escola, encontra suas bases de estruturação por intermédio de normas que se dão pelo uso, que tempo depois servem de insumos na produção de formas normatizadas. Portanto, temos bases suficientes para considerar estes fatos como verdadeiros produtores gramaticais. Cria-se dentro da aula posições metodológicas, que influenciam o ensino e estabelecem, de forma implícita, normas gramaticais, que desencadeiam em uma descrição que só se institucionalizaria com os futuros trabalhos tecnológicos. Podemos chamar a este fenômeno como estudos gramaticais de aula, que advogam pela compreensão da língua.

Em 1957, se funda a primeira associação de surdos da Colômbia, também em Bogotá, e um ano mais tarde, uma segunda na cidade de Santiago de Cali. Da abertura das associações se começa um movimento de fortalecimento e visibilização da língua de sinais. FENASCOL – Federação Nacional de Surdos da Colômbia que congrega grande parte das associações regionais – criada em 1984, cumpre uma função decisiva entre a sociedade civil e o Estado. Ela oferece cursos básicos e intermédios de língua de sinais para um público extenso, pelo que tem cumprido um papel determinante na divulgação da língua de sinais. Este fatos, além de sua constante participação em diversos espaços de discussão sobre a cultura e a língua de sinais, permitirá a consecução de projetos que beneficiarão sua difusão e estudo, como vai ser mostrado.

Como estratégia de qualificação linguística, o INSOR, desde 1995 tem promovido encontros e cursos para modelos linguísticos, professores e intérpretes que refletem na língua de sinais. Vamos considerar, em específico, o primeiro curso virtual: *Fundamentación conceptual para el ejercicio de la interpretación*, já que, a diferenças de outros, fiz uma ênfase especial na produção e funcionamento da língua de sinais. Este curso de 60 horas, contou com conteúdo multimídia em língua de sinais e modelados por surdos. Estes, instituiu formas gramáticas criadas no instituto, o qual o posicionava como entidade de autoridade no investimento linguístico da língua de sinais.



Para fechar este primeiro momento, mencionamos a aparição de ANISCOL – Associação nacional de intérpretes de língua de sinais colombiana – em 2005, que congregou os intérpretes do país na busca de objetivos comuns. Entre eles, a participação nos processos de formação acadêmica, e pesquisa da língua de sinais. Com o passar dos anos, foram criadas mais associações regionais, possibilitando a criação da Federação de Intérpretes no ano de 2017.

2.1.2. Segundo momento: As políticas públicas a favor da língua de sinais colombiana

Este momento se caracteriza por uma série de disposições governamentais que sentarão as bases do que serão os estudos linguísticos da língua de sinais colombiana.

Em 1996, é aprovada a Lei 324, que funda normas a favor da população surda. Define a língua de sinais colombiana como um

código cujo meio é visual mais do que o auditivo. Como qualquer outra língua, tem seu próprio vocabulário, expressões idiomáticas, gramáticas, sintaxe diferente do espanhol. Os elementos desta língua (os sinais individuais) são a configuração, a posição e a orientação das mãos em relação com o corpo e com o indivíduo, a língua também utiliza o espaço, direção e velocidade de movimentos, assim como a expressão facial para ajudar a transmitir o significado da mensagem, esta é uma língua viso-gestual.⁷ (Congreso de Colombia, 1996, tradução nossa)

Esta Lei serve de reconhecimento da língua de sinais colombiana. Possibilitou a contratação de intérpretes nos contextos nos quais as pessoas surdas convergem, a abertura de programas de formação em língua de sinais, seu ensino, e como vai ser mostrado no próximo momento, os estudos linguísticos da língua de sinais. Os ganhos mais significativos são, entre outros, atenção educativa para surdos em língua de sinais (Decreto 2369 de 1997); estudos sobre acessibilidade na televisão (2014); a inclusão do intérprete de língua de sinais na Classificação Nacional de Ocupações CNO (2015); programa de qualificação e formação em língua de sinais (desde os anos 90); abertura do primeiro programa tecnológico de formação para intérpretes na Universidad del Valle (2013).

Por estes anos começam os primeiros estudos da língua de sinais, apresentados no terceiro momento.

⁷ Original em espanhol: Es el código cuyo medio es el visual más que el auditivo. Como cualquiera otra lengua tiene su propio vocabulario, expresiones idiomáticas, gramáticas, sintaxis diferentes del español. Los elementos de esta lengua (Las señas individuales) son la configuración, la posición y la orientación de las manos en relación con el cuerpo y con el individuo, la lengua también utiliza el espacio, dirección y velocidad de movimientos, así como la expresión facial para ayudar a transmitir el significado del mensaje, esta es una lengua visogestual.



2.1.3. Terceiro momento: os estudos linguísticos da língua de sinais colombiana.

A partir da segunda metade dos anos 90, inicia-se a pesquisa formal da língua de sinais na Colômbia. Pesquisadores, instituições, associações e universidades começaram a refletir sobre seu funcionamento, instrumentalização e descrição linguística. Neste sentido, vale ressaltar, em ordem de participação o trabalho do INSOR, da Universidad del Valle, FENASCOL e do Instituto Caro y Cuervo. Seu investimento econômico e intelectual deu como resultado os instrumentos que vamos relacionar a seguir (INSOR, 2006).

Neste momento, dadas suas características técnicas e linguísticas, vamos nos referir a quatro trabalhos desenvolvidos, considerando em última instância, a produção do primeiro dicionário básico da língua de sinais colombiana. Este, considerado, em palavras de seus autores, como um produto de “identidade, coesão, memória histórica, possibilidade de entendimento e projeção de um grupo e sua cultura. Estas razões justificam a importância social, histórica e comunicativa dos dicionários e, em geral, da memória escrita, como memória de um povo.”⁸ (INSOR, 2006, p. 15, tradução nossa).

2.1.3.1. *Pesquisa, reflexão e ensino da língua de sinais.* Entre 1997 e 1998, a parceria entre FENASCOL, o INSOR e a Universidad del Valle, cria o segundo programa para a formação de intérpretes de língua de sinais em América Latina. Seu objetivo foi “qualificar e certificar na teoria e técnicas de interpretação a pessoas que desejam ser intérpretes”⁹ (DE MEJIA, 2001, p. 78, tradução nossa). Estava dividido em quatro módulos de 80 horas presenciais cada um. Chama nossa atenção a disciplina: “Lengua de Señas Colombiana – Teoría 1, Práctica 1”, já que, em nossa consideração, marca o início das reflexões linguísticas acerca da língua de sinais colombiana em um contexto universitário.

2.1.3.2. *Projeto de descrição gramatical.* No ano de 1998 se inicia o projeto acadêmico de descrição gramatical da língua de sinais colombiana na Universidad del Valle em Cali, que resulta ser um precursor acadêmico, já que “a tradição na descrição de línguas viso-gestuais na Colômbia era praticamente inexistente”¹⁰ (OVIEDO, 2001, p. 23, tradução nossa).

⁸ Original em espanhol: identidad, cohesión, memoria histórica, posibilidad de entendimiento y proyección de un grupo y su cultura. Estas razones justifican la importancia social, histórica y comunicativa de los diccionarios y, en general, de la memoria escrita, como memoria de un pueblo.

⁹ Original em espanhol: calificar y certificar en la teoría y técnicas de interpretación a personas que desean ser intérpretes.

¹⁰ Original em espanhol: la tradición en la descripción de lenguas viso-gestuales en Colombia era prácticamente inexistente.



2.1.3.3. *Apuntes para una gramática de la lengua de señas colombiana* (2001) de Alejandro Oviedo se converte na primeira publicação oficial de estudo gramatical da língua de sinais colombiana. Este, ilustra as particularidades da língua de sinais colombiana, sua riqueza e complexidade, além de descrever seu funcionamento.

Este livro é similar às primeiras gramáticas que foram criadas sobre línguas vernáculas a partir do Renascimento, baseadas inteiramente em critérios descritivos tomados da teoria gramatical clássica, que era a única conhecida. O resultado foram tratados que possibilitaram, por contraste, definir o que seriam depois, gramáticas más adequadas às especificidades de cada língua. Assim este trabalho, que procurou encontrar na LSC os princípios gerais que têm sido descritos para outras línguas de sinais, pretende converter-se em um fato histórico em relação com posteriores estudos de contraste. Esses esforços se dirigem, em conjunto, à elaboração de uma gramática descritiva da LSC através da qual, depois, se obtenham gramáticas prescritivas para o ensino dessa língua.¹¹ (OVIEDO, 2001, p. 28, tradução nossa)

2.1.3.4. *Diccionario básico de la lengua de señas colombiana* (2006). Dicionário, que até nossos dias, é o trabalho lexicográfico oficial da língua de sinais colombiana com 1200 entradas, produzido pelo INSOR e o Instituto Caro y Cuervo – Instituto de estudos profundos em literatura, filologia e lingüística do espanhol e as línguas nativas da Colômbia –. Foi organizado por entradas (sinais) em campos temáticos, cada uma com definições (categoria gramatical e definição), exemplos, descrições dos sinais, remissões, fotos e notas (mudanças da forma dos sinais dependendo do discurso). É necessário mencionar que este produto requereu uma revisão dos vocabulários, compêndios e glossários empíricos produzidos anteriormente.

FENASCOL, na sua responsabilidade e missão civil, produz uma série de apostilhas com vocabulários em língua de sinais. Esses materiais, chamados de “dicionários” – que não consideramos como tal já que “não oferecem definições, um elemento característicos destes”¹² (INSOR, 2006, p. 20) – concorrem na constituição de uma riqueza e unidade da língua. Destacan-se os seguintes: *Lenguaje Manual Colombiano. Curso básico, primer nivel; Lengua de señas Colombiana II y III tomo* (2000); *Lengua de señas Colombiana. IV tomo* (2001); entre outros. Estes foram considerados vocabulários legítimos que recopilaram a realidade linguística da língua de sinais colombiana. As novas entradas do *Diccionario básico de la lengua de señas colombiana* foram submetidas a discussão, algo necessário no estudo de

¹¹ Original em espanhol: Este libro es similar a las primeras gramáticas que se hicieron sobre lenguas vernáculas a partir del Renacimiento, basadas enteramente en criterios descriptivos tomados de la teoría gramatical clásica, que era la única entonces conocida. El resultado fueron tratados que permitieron, por contraste, definir lo que serían luego gramáticas más adecuadas a las especificidades de cada lengua. Así este trabajo, que procuró encontrar en la LSC los principios generales que han sido descritos para otras lenguas de señas, pretende convertirse en un hito en relación con el cual los estudios posteriores sean contrastados. Esos esfuerzos se dirigen, en conjunto, a la elaboración de una gramáticas descriptiva de la LSC con la cual, más adelante, se obtengan gramáticas prescriptivas para la enseñanza de esa lengua.

¹² Original em espanhol: no ofrecen definiciones, que es un elemento característico de estos.



mercado e economia de produção intelectual. Neste ponto, não podem ser desconsideradas outras realidades existentes no que respeita à criação de outros neologismos, desarticulados das formas e métodos de produção de sinais até então.

Desde 1999, a Fundación Árbol de Vida em Bogotá, D.C., tem se envolvido na criação de “vocabulários lógicos e que permitam a conceptualização, e que não sejam originados através de empréstimos linguísticos do espanhol” (TOVAR, 2010, p. 278, tradução nossa). Estes tem provocado uma dicotomia entre a comunidade porque se adaptam aos parâmetros clássicos de invenção e aprovação de sinais, o que, segundo o citado autor “as converte em sinais quase difíceis de sinalizar [...] [além] de que se está gerando uma brecha lingüística na comunidade”¹³ (Idem). Talvez seja esta uma das razões pelas quais o *Diccionario básico* não tenha empregado estes sinais nas suas entradas, mas consideramos, como um fato histórico importante, sua menção.

Deste terceiro momento é o *Diccionario de visagrafía : (lengua de señas escrita)* (2007) de Jaime Hernández et al. Este é um compendio de sistema de símbolos escritos acorde à língua de sinais. Foi o resultado de um projeto que começou em 2003, e que se implementou em 2006 na “Escuela de la Palabra”, na cidade de Pereira. O objetivo era que fosse replicado em outras instituições de surdos, porém, não contou com o aval do Ministério da Educação, pelo que o projeto foi trancado (GUTIÉRREZ et al, 2007). É interessante notar que ele não foi avaliado como uma proposta alterna à escrita da língua de sinais, e portanto, não foi considerado dentro do *Diccionario básico*, mas que estabelece iniciativas contemporâneas de invenção gráfica da escrita da língua de sinais.

Este terceiro momento fecha com uma produção tecnológica, o *Diccionario básico de la lengua de señas colombiana*. A modo de recapitulação, este foi o produto de uma série de medidas que visavam a língua de sinais como objeto de interesse lingüístico. Portanto, com a publicação desta tecnologia, que envolve o tratado de gramática, *Apuntes para una gramática de la lengua de señas colombiana* (2001) de Alejandro Oviedo, prossegue-se no processo de descrição e instrumentalização, arte vitalícia que responde às evoluções e comportamentos naturais das línguas.

A seguir, apresentamos um quadro de síntese dos acontecimentos anteriormente relacionados:

Tabla 1 Momentos que instituem a gramatização da língua de sinais colombiana

¹³ Original em espanhol: no siguen los parámetros tradicionales de formación de las señas, lo que las hace incluso difíciles de utilizar. Se quejan además, y con razón, de que se está generando una brecha lingüística en la comunidad.



Momento	Ano	Acontecimento
Primeiro: “Educação para surdos e os movimentos associativos”	1926	Início do Instituto Nuestra Señora de la Sabiduría
	1955	Criação do Instituto Nacional para Surdos - INSOR
	1957	Primeira associação de surdos em Colômbia: SORDEBOG
	1958	Segunda associação de surdos em Colômbia: ASORVAL
	1984	Primeira Federação de surdos: FENASCOL
	2005	Primeira Associação de intérpretes de língua de sinais: ANISCOL
	2017	Surgimento da primeira Federação de intérpretes:
Segundo: “Políticas públicas a favor da língua de sinais”	1996	LEI 324
	1997	Decreto 2369
	2015	Inclusão do intérprete na Classificação Nacional de Ocupações C.N.O.
Terceiro: “Estudos linguísticos da língua de sinais”	1997	Programa de certificação de intérpretes de língua de sinais
	1998	Projeto de descrição gramatical INSOR-UNIVALLE
	2001	Lançamento do livro: “Apuntes para una gramática de la lengua de señas colombiana” de Alejandro Oviedo
	2006	Lançamento do livro: “Diccionario básico de la lengua de señas colombiana” de INSOR e o Instituto Caro y Cuervo
	1984-2018	Publicação de compêndios de sinais temáticos por FENASCOL
	1999	Criação de vocabularios e neologismos por Árbol de Vida
	2007	Lançamento do livro: “Diccionario de visagrafia: (lengua de señas escrita)
	2013	Abertura do primeiro programa tecnológico em interpretação na Universidad del Valle

3. A MODO DE CONCLUSÃO

O início do processo de gramatização (AUROUX, 1992) da língua de sinais colombiana, poderia ser considerado a partir da abertura da primeira escola para surdos em Bogotá em 1926, e acatado como um processo de reivindicação linguística, diferente dos



processos de gramatização por parte dos europeus, que se deu como um modo de colonização e futura dominação de outros povos (GUIMARÃES, 1996, p. 136). A língua de sinais é uma língua que se adapta às necessidades sensoriais dos surdos, e que não exige algum tipo de ensino forçoso. Estes fatos mostram que a criação de instituições que respeitavam as realidades linguísticas dos surdos, marcaram, com merecida razão um processo que não só involucra a constituição da língua, mais também, a constituição de sujeitos. Orlandi (2001, p. 18), o resume muito bem ao dizer que

a construção da unidade da língua, de um saber sobre ela e os meios de seu ensino (a criação de Colégios e de seus programas) ocupa uma posição primordial. A gramática, e o dicionário, enquanto objetos históricos disponíveis para a sociedade brasileira são lugares de construção e de representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado).

Portanto, este resulta ser o começo de produção de uma série de instrumentos que se preocuparão depois da língua, uma extensão da relação entre o falante e a língua.

Na segunda seção, propusemos momentos de gramatização, reunidos em fatos decisivos na aquisição, uso, reconhecimento, pesquisa e descrição da língua de sinais, respetivamente. Mas é necessário mencionar que no que se refere às gramáticas e bancos léxicos empíricos fazem parte da circulação de sentidos entre os falantes – sejam estudantes, pais, profissionais, técnicos, professores, pesquisadores, etc. –. Estes, constituem uma forma de estabelecer e legitimar gramáticas e convenções em uso, uma formação social que vai ser considerada desde a ciência a partir da instrumentalização e da descrição.

A gramatização descrita por Auroux (1992) supõe a criação de uma lista de sucessos previstos¹⁴, que não sempre respeitam uma ordem, mas que desencadeiam na composição de normas gramaticais e dicionários bilíngues, e em alguns casos, em dicionários monolíngues¹⁵. Se pensarmos nos três momentos da gramatização colombiana – propostos por nós –, poder-se-ia entrar em uma dicotomia, isto é, tentar definir a verdadeira natureza dos estudos gramaticais e o *Diccionario básico*. Desde uma visão geral, estas tecnologias visam a língua de sinais como objeto de estudo, mas estas produções são pensadas e publicadas em língua

¹⁴ Auroux parte da ausência de alfabetos para chamar uma língua não gramatizada. A partir daí, estabelece, a seguinte ordem de momentos: alfabetização (alfabeto latino): “citações de expressões de Lc”; “glosa (marginal, parcial) de um texto Tj da língua-fonte Ls em Lc”; “tradução de um texto Ti da língua-fonte Ls em Lc”; “tradução em Lc de uma gramática Gs de Ls”; “adaptação da gramática de uma língua Ls para fazer uma gramática da língua Lc”; “utilização de meios gramaticais gerais (isto é, não especificados em relação a uma língua qualquer) para descrever uma língua Lc”; “colocação em correspondência bi- ou n-língua de listas de expressões [...] ou de elementos menores”; “dicionários bilíngues, com autonomia relativa das partes, tema e versão”; e por último um “dicionário monolíngue” (AUROUX, 1992, p. 74-75).

¹⁵ “Reencontramos aproximadamente todos esses elementos em todas as línguas, com exceção de [dicionário monolíngue] [...] sem que de resto possamos fixar uma ordem estrita entre eles.” (AUROUX, 1992, p. 74-75).



espanhola. Porém, preferimos pensar que a escrita, é a forma mais acessível da qual dispomos atualmente, deixando de lado qualquer aforismo colonialista.¹⁶

Em síntese, o movimento de gramatização da língua de sinais colombiana se apresenta como uma busca de legitimação e unidade da língua. As Instituições de educação, as Associações, as Universidades, e as iniciativas individuais têm desenvolvido um papel fundamental na tarefa de promover a relação dos sujeitos surdos com a história e seu função na sociedade. Consideramos, emprestando o termo usado por Orlando (2001, p. 9), que são verdadeiros “observatórios” da constituição da língua, e que deve ser sempre considerada qualquer proposta que vise a construção de uma história, descrição e instrumentalização.

REFERÊNCIAS

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BARRETO, A. **Fundarvid: Una contextualización etnográfica de sus neologismos en la lengua de señas colombiana** (*Dissertação*). Bogotá, D.C.: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Antropología, 2015.

CONGRESO DE COLOMBIA. **Ley 324**. Bogotá, D. C., 1996.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil: A gramatização brasileira. Em E. Guimarães, & E. P. Orlandi, **Língua e Cidadania: o português no Brasil**. (pp. 127-138). Campinas: Pontes, 1996.

HERNÁNDEZ, J. et al. **Diccionario de visagrafía : (lengua de señas escrita)**. Pereira: Instituto de Audiología Integral, 2007.

INSOR. **Diccionario básico de la lengua de señas colombiana**. Bogotá, D.C.: Imprenta Nacional de Colombia, 2006.

Catálogo de publicaciones. Fonte: <http://www.insor.gov.co/entidad/publicaciones-6/>
Acceso em: 18 de maio de 2018.

MEJÍA, A.-M. La formación de intérpretes para sordos y sordociegos en Colombia. **Lenguaje N°28**, pp. 62-83, 2001.

NUNES, J. Os dicionários portugueses e a descolonização lingüística. **Línguas e instrumentos lingüísticos**, pp. 25-39, 2008.

¹⁶ A visagrafia em Colômbia, foi apresentada, seguindo outros modelos existentes, como a forma mais propícia de escrita em língua de sinais, partindo da matriz manual. Porém, não existem estudos que legitimem ser a forma mais propícia de escrita para surdos. Portanto, as produções registradas em língua de sinais em nossos dias, dependem, na sua maioria, de registros fílmicos, que envolvem a atuação de modelos sinalizantes. Aproveitando a relação deste ponto, consideramos que o *Diccionario básico* deveria estar registrado em vídeos em língua de sinais e não só em espanhol, aspecto que desejamos discutir e analisar em outro texto.



ORLANDI, E. Apresentação. Em E. Orlandi, **História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional** (pp. 7-19). Campinas, SP; Cáceres, MT: Pontes; Unemat Editora, 2001.

Língua e conhecimento lingüístico: Para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

OVIEDO, A. **Una aproximación a la Lengua de Señas Colombiana. Lengua de Señas y Educación de Sordos en Colombia.** Bogotá, D.C.: INSOR, 1998.

Apuntes para una gramática de la lengua de señas colombiana. Bogotá, D.C.: Instituto Nacional para sordos y Cali: Universidad del Valle, Escuela de Ciencias del Lenguaje, 2001.

Colombia, atlas sordo. 2015. Fonte: Cultura Sorda : <http://www.cultura-sorda.org/colombia-atlas-sordo/#Gebaerdensprache> Acesso em: 01 de maio de 2018.

PAYER, M. O. Processos de identificação sujeito/língua. Ensino, língua nacional e língua materna. Em E. Orlandi, **Política lingüística no Brasil** (pp. 113-123). Campinas: Pontes Editores, 2007.

PORTILLA, L., et al. **Educación bilingüe para sordos - Etapa escolar - Orientaciones pedagógicas.** INSOR. Bogotá, D.C.: Imprenta Nacional de Colombia, 2006.

SILVA, M. V. O dicionário e o processo de identificação do sujeito-analfabeto. Em E. Guimarães, & E. Orlandi, **Língua e cidadania: o português no Brasil** (pp. 151-161). Campinas: Pontes, 1996.

STOKOE, W. **El lenguaje en las manos.** México, D.F.: Fondo de cultura económica, 2004.

TOVAR, L. La creación de neologismos en la lengua de señas colombiana. **Lenguaje**, 38 (2), pp. 277-312, 2010.